

TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO para regulamentar os impactos econômico-financeiros da prorrogação do Programa Água Pará nos CONTRATOS dos Blocos A, B e D da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará, que entre si celebram o **ESTADO DO PARÁ** e a **ÁGUAS DO PARÁ A SPE S.A.**, a **ÁGUAS DO PARÁ B SPE S.A** e a **ÁGUAS DO PARÁ D SPE S.A.**

Pelo presente instrumento,

o **ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.861/0001-76, com sede à Avenida Doutor Freitas, nº 2.531, Pedreira, CEP 66087-812, Belém/PA, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Estado Dr. Ricardo Nasser Sefer, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PA nº 14800 e portador do CPF nº 812.654.412-00, atuando especificamente na condição de representante da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará – MRAE, doravante denominado simplesmente PODER CONCEDENTE, e, de outro lado,

a **ÁGUAS DO PARÁ A SPE S.A.**, sociedade de propósito específico, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.067.901/0001-95, com sede na Avenida José Malcher, nº 168, sala 110, CEP: 66.035-065, Nazaré, Belém/PA, a **ÁGUAS DO PARÁ B SPE S.A.**, sociedade de propósito específico, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.067.902/0001-30, com sede na Avenida Coronel Nazeazeno Ferreira, nº 393, sala 01, CEP: 68.600-000, Padre Luiz, Bragança/PA e a **ÁGUAS DO PARÁ D SPE S.A.**, sociedade de propósito específico, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.067.904/0001-29, com sede na RA, nº 613, quadrado 9, lote 16 B, CEP: 68.515-000, Primavera, Paraupébas/PA, neste ato representadas pelos Diretores André Macêdo Facó e Valdir Alcarde Júnior, conforme poderes previstos em seu Estatuto Social, doravante denominadas conjuntamente de CONCESSIONÁRIAS ou individualmente como CONCESSIONÁRIA;

quando em conjunto denominadas PARTES,

e, na condição de intervenientes-anuentes,

a **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ – ARCON-PA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.598.119/0001-33 com sede na Rua dos Pariquis, Batista Campos, nº 1.905, CEP nº 6603-110, Belém/PA, neste ato representada pelo Diretor Geral, Eduardo de Castro Ribeiro Júnior, RG nº 1399147 SSP/PA e CPF nº 105.308.862-00, doravante denominada simplesmente AGÊNCIA REGULADORA.

a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.945.341/0001-90, com sede na Avenida Magalhães Barata, nº 1201, CEP 66060-901, Nazaré, Belém/PA, neste ato representada por seu Presidente em exercício e Diretor Financeiro Sr. Vitor Augusto da Silva Borges, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2761669 e CPF nº 514.629.402-00, pelo Diretor de Operações Antônio

Carlos Crisóstomo Fernandes, brasileiro, casado, portador do RG nº 4867 e CPF nº 096.872.892-87, e por seu Diretor de Mercado, Sr. Paulo André Lima Cavalcante, brasileiro, portador do RG nº 621172 e CPF nº 560.645.862-49, conforme poderes previstos em seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente COMPANHIA;

CONSIDERANDO:

- a) A universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, que está diretamente relacionada à proteção da saúde pública;
- b) O artigo 29, § 2º, da Lei Federal nº 11.445/07, que prevê a possibilidade de estabelecimento de subsídios tarifários e não tarifários para usuários e localidades que não tenham condições de arcar com o custo integral dos serviços;
- c) O Ofício nº 655/2025-PGE/GAB, por meio do qual o PODER CONCEDENTE informou às CONCESSIONÁRIAS (i) que não conseguiria concluir, até 1º de setembro de 2025 (data prevista para o início da operação parcial nos Municípios de Belém, Ananindeua e Marituba), o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão decorrente da implantação dos benefícios tarifários solicitada às CONCESSIONÁRIAS por meio do Ofício nº 610/2025-PGE/GAB, e (ii) que por esta razão seriam adotadas medidas para a prorrogação da vigência, a partir de 1º de setembro até o 31 de dezembro de 2025, do Programa do Governo Água Pará, instituído pela Lei Estadual nº 9.317/2021, para subsidiar, com recursos públicos, o custeio do fornecimento de água potável e esgotamento sanitário às famílias de baixa renda;
- d) O Ofício nº 658/2025-PGE/GAB, por meio do qual o PODER CONCEDENTE determinou às CONCESSIONÁRIAS que(i)em decorrência da prorrogação da vigência do Programa do Governo Água Pará, se abstenham de efetuar a cobrança das tarifas de água e de esgoto dos USUÁRIOS atualmente beneficiários do Programa, o que acarretará frustração de receita das CONCESSIONÁRIAS, e, ainda (ii) considerem a revisão dos estudos já apresentados para manter a aplicação dos descontos tarifários regressivos aos usuários beneficiários do Programa pelo prazo de 5 (cinco) anos após a data de encerramento do Programa;
- e) O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro consagrado constitucionalmente e previsto nos CONTRATOS, vide Cláusula 36.1 do CONTRATO do Bloco A e Cláusula 35.1 dos CONTRATOS dos Blocos B e D, bem como a inexistência de tempo hábil para a avaliação adequada, até 1º de setembro de 2025, dos impactos econômico-financeiros da referida frustração de receita nos CONTRATOS dos Blocos A, B e D decorrentes (i) da prorrogação do Programa de Governo Água Pará e (ii) da implementação dos descontos tarifários regressivos aos beneficiários do Programa pelo período de 5 (cinco) anos após findo o Programa (“Descontos Tarifários Regressivos”), o PODER CONCEDENTE se predispôs a celebrar termo de

compromisso para regular como serão tratados tais impactos, sugerindo desde já que o reequilíbrio seja realizado mediante ajuste do Contrato de Interdependência; e

- f) A categoria RESIDENCIAL SOCIAL, prevista no Anexo VII de todos os CONTRATOS dos Blocos A, B, C e D, corresponde à tarifa social prevista na Lei Federal nº 14.898 de 13 de junho de 2024.

Resolvem as PARTES celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO (“Termo de Compromisso” ou “Termo”), com vistas a regulamentar o tratamento a ser dado aos impactos nos CONTRATOS decorrentes da prorrogação do Programa do Governo Água Pará e da implementação dos Descontos Tarifários Regressivos.

1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Os termos grafados em letras maiúsculas neste Termo de Compromisso, no singular ou no plural, terão os significados indicados no ANEXO XII dos CONTRATOS, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso.

2. INTERPRETAÇÃO

- 2.1. As PARTES e as intervenientes-anuentes reconhecem que o presente Termo de Compromisso é um instrumento jurídico coligado aos CONTRATOS dos Blocos A, B e D da MICRORREGIÃO, e ao CONTRATO DE INTERDEPENDÊNCIA, celebrados com um objetivo comum, qual seja, a prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Pará, sem prejuízo de outros que venham a ser celebrados no âmbito deste mesmo objeto, incluindo expressamente o Bloco C.
- 2.2. As disposições de tais instrumentos, em decorrência da coligação, deverão ser interpretadas de forma sistemática, harmônica e integrada, visando garantir a coerência, a efetividade e o equilíbrio global do modelo de regionalização adotado.
- 2.3. Em caso de dúvida, lacuna ou conflito entre disposições dos contratos coligados, as cláusulas deverão ser interpretadas de maneira a preservar a finalidade pública do serviço concedido, o equilíbrio econômico-financeiro das concessões e a boa-fé objetiva entre os entes envolvidos.

3. OBJETO

- 3.1. O presente Termo de Compromisso tem por objeto regulamentar os efeitos, nos CONTRATOS dos Blocos A, B e D da MICRORREGIÃO, e futuramente ao Bloco C, da prorrogação do Programa do Governo Água Pará e da futura implementação dos Descontos Tarifários Regressivos.

4. DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DO GOVERNO ÁGUA PARÁ

- 4.1. Durante a vigência do Programa do Governo Água Pará, as CONCESSIONÁRIAS deverão se abster de cobrar tarifa de água e de esgoto de todos os USUÁRIOS beneficiários, considerando o limite de consumo de 20 m³ (vinte metros cúbicos), discriminado nas faturas.
- 4.1.1. Nos 99 (noventa e nove) Municípios integrantes dos Blocos A, B e D existem 179.696 (cento e setenta e nove mil, seiscentos e noventa e seis) USUÁRIOS beneficiários do Programa do Governo Água Pará com acesso ao abastecimento de água e 20.620 (vinte mil, seiscentos e vinte) USUÁRIOS beneficiários do Programa com acesso ao esgotamento sanitário, conforme dados apresentados pela Cosanpa em agosto/25.
- 4.1.2. Atualmente, nos Municípios de Belém, Ananindeua e Marituba existem 121.966 (cento e vinte e um mil e novecentos e sessenta e seis) USUÁRIOS ativos e beneficiários do Programa do Governo Água Pará com acesso ao abastecimento de água e 20.033 (vinte mil e trinta e três) USUÁRIOS ativos e beneficiários do Programa com acesso ao esgotamento sanitário.
- 4.2. O subsídio, com recursos públicos, do custeio do fornecimento de água potável no âmbito do Programa do Governo Água Pará continuará limitado ao consumo de até 20 m³ (vinte metros cúbicos) de água e o respectivo valor de esgotamento sanitário, de acordo com a medição constante da fatura emitida diretamente pelas CONCESSIONÁRIAS.
- 4.2.1. Caso o consumo mensal ultrapasse 20 m³ (vinte metros cúbicos), as CONCESSIONÁRIAS deverão cobrar dos USUÁRIOS o excedente discriminado na fatura.

5. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS

- 5.1. As PARTES e as intervenientes-anuentes concordam com a adoção do seguinte procedimento para reequilíbrio econômico-financeiro dos CONTRATOS:
- (i) As CONCESSIONÁRIAS apresentarão pleito de Revisão Extraordinária perante a AGÊNCIA REGULADORA (“Pleito”) até o dia 15 de setembro de 2025 com a demonstração do impacto econômico-financeiro contratual decorrente da determinação do PODER CONCEDENTE para que as CONCESSIONÁRIAS se abstenham de cobrar tarifas de água e esgoto dos USUÁRIOS beneficiários do Programa Água Pará, até o limite de 20 m³ de consumo e com a demonstração do impacto decorrente da aplicação do Desconto Tarifário Regressivo;
 - (ii) O pleito de reequilíbrio referente ao Bloco C será apresentado pela Concessionária em até 5 dias contados da assinatura do contrato de concessão do respectivo Bloco;
 - (iii) As PARTES e as intervenientes-anuentes concordam que a medida de reequilíbrio proposta no Pleito de todos os blocos (A, B, C e D) será a

redução no valor da água tratada vendida pela COMPANHIA à CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 37.8.10 do CONTRATO celebrado com a CONCESSIONÁRIA, Águas do Pará A SPE S.A., desde que demonstrada a vantajosidade da aplicação dos subsídios cruzados ao longo do procedimento;

- (iv) As PARTES e as intervenientes-anuentes concordam que a metodologia de reequilíbrio econômico-financeiro deverá observar os procedimentos dos contratos de concessão, bem como os efeitos dos reequilíbrios serão agregados em todos os blocos conjuntamente;
- (v) A AGÊNCIA REGULADORA se compromete em conferir máxima celeridade possível na análise do Pleito e se compromete a concluir o procedimento de Revisão Extraordinária até o dia 31 de dezembro de 2025;
- (vi) Enquanto o Pleito não for definitivamente concluído e a medida de reequilíbrio não for aplicada aos CONTRATOS, fica, desde já, acordado entre as Partes que as CONCESSIONÁRIAS compensarão mensalmente os valores não cobrados dos USUÁRIOS beneficiários do Programa do Governo Água Pará nos valores da água tratada adquirida da COMPANHIA, nos termos da Cláusula 6ª (Sexta) deste Termo;

5.2. A AGÊNCIA REGULADORA conduzirá um procedimento único de reequilíbrio econômico-financeiro para os CONTRATOS dos Blocos A, B e D, e, quando for o caso, incluindo o Bloco C, considerando a natureza interdependente e coligada dos CONTRATOS DE CONCESSÃO e do CONTRATO DE INTERDEPENDÊNCIA.

5.3. Com a conclusão do Pleito, as PARTES se comprometem a celebrar Termo Aditivo aos CONTRATOS DE CONCESSÃO para incorporar aos CONTRATOS o disposto neste Termo de Compromisso e o novo preço do m³ (metro cúbico) de água adquirida junto à COMPANHIA, bem como se comprometem a celebrar Termo Aditivo ao CONTRATO DE INTERDEPENDÊNCIA.

6. DA COMPENSAÇÃO DOS VALORES

6.1. Os valores das tarifas de água e de esgoto dos beneficiários do Programa Água Pará que não forem cobrados pelas CONCESSIONÁRIAS deverão ser compensados imediatamente no valor das faturas da água tratada adquirida da COMPANHIA pela Águas do Pará A SPE S.A.

6.1.1. Para assegurar a compensação dos valores indicados na Cláusula 6.1 do presente Termo de Compromisso ao final do ciclo mensal de faturamento, as CONCESSIONÁRIAS apresentarão mensalmente à COMPANHIA, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à emissão das faturas aos USUÁRIOS beneficiários do Programa do Governo Água Pará, um relatório com o valor total das faturas isentadas e consumo.

6.1.2. A partir dos valores constantes nos relatórios elaborados mensalmente pelas CONCESSIONÁRIAS, a COMPANHIA deduzirá no valor da

fatura da água tratada adquirida pela Águas do Pará A SPE S.A., no mês de recebimento do relatório elaborado pela CONCESSIONÁRIA, da seguinte forma:

- a) automaticamente, o valor mínimo indicado na cláusula 6.2.2; e
- b) mediante apresentação de relatório pela Concessionária, os valores correspondentes ao consumo acima de 15 m³ (quinze metros cúbicos) dos usuários, podendo haver compensação com o valor mínimo caso seja comprovado o atendimento de um número menor de economias do que o estabelecido na Cláusula 4.1.2.

6.1.3. O valor indicado na Cláusula 6.1.2 “a” deve ser automaticamente abatido do valor a ser pago da compra de água no mês corrente ao envio do relatório, enquanto os valores indicados na Cláusula 6.1.3 “b” poderão ser abatidos na fatura imediatamente subsequente.

6.2. Para o cálculo da frustração de receita decorrente da abstenção da cobrança das tarifas de água e de esgoto dos USUÁRIOS beneficiários do Programa do Governo Água Pará, as CONCESSIONÁRIAS deverão enquadrar todos estes USUÁRIOS na categoria RESIDENCIAL SOCIAL, conforme previsto na Lei Federal nº 14.898/2024 e necessariamente deverão considerar as faixas de consumo com os respectivos valores constantes no Anexo VII (Estrutura Tarifária e Serviços Complementares) dos CONTRATOS.

6.2.1. O cálculo mensal da frustração de receita deverá se basear na Estrutura Tarifária aplicada para os Municípios atendidos pela COMPANHIA, indicada na tabela 1 do Anexo VII (Estrutura Tarifária e Serviços Complementares) dos CONTRATOS.

6.2.2 Considerando apenas os USUÁRIOS ativos beneficiários do Programa do Governo Água Pará residentes nos Municípios de Belém, Ananindeua e Marituba indicados nas Cláusulas 4.1.1 e 4.1.2, atualmente a frustração mensal de receita da tarifa de água, considerando um consumo mínimo de até 15 m³/mês, nesses 3 (três) Municípios, é de R\$ 4.500.545,40 (quatro milhões, quinhentos mil, quinhentos e quarenta cinco reais e quarenta centavos) e a frustração mensal da receita de esgoto é de R\$ 591.374,16 (quinhentos e noventa e um mil, trezentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), totalizando o valor mínimo mensal de R\$ 5.091.919,56 (cinco milhões, noventa e um mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos), a ser acrescido aos valores efetivamente consumidos e faturados aos USUÁRIOS conforme relatório da CONCESSIONÁRIAS, a ser abatido imediatamente do valor da compra de água da COMPANHIA desde o início da operação, até a finalização do procedimento de reequilíbrio de todos os blocos e celebração do aditivo.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O presente Termo de Compromisso é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as PARTES, bem como seus sucessores a qualquer título.

- 7.2. Fica acordado que este Termo de Compromisso deverá ser convertido em termo aditivo ao CONTRATO em até 30 dias após a conclusão do procedimento administrativo de reequilíbrio econômico-financeiro descrito na Cláusula 5ª (Quinta).
- 7.3. As PARTES e as intervenientes-anuentes concordam que caso o Contrato de Concessão do Bloco C seja firmado antes da celebração do Termo Aditivo previsto na Cláusula 5ª (Quinta) deste Termo de Compromisso, os efeitos da prorrogação do Programa do Governo Água Pará no Bloco C, bem como da implementação dos Descontos Regressivos no mesmo Bloco, poderão ser objeto do mesmo pleito de reequilíbrio e Termo Aditivo.
- 7.4. Quaisquer conflitos e divergências entre as PARTES decorrentes da execução deste Termo Aditivo serão dirimidos nos termos dos CONTRATOS, ficando ratificada a forma de resolução de controvérsias nele contida.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

[Página de assinaturas do Termo de Compromisso celebrado entre Estado do Pará, representante da Microrregião, Concessionárias Águas do Pará A SPE S.A., Águas do Pará B SPE S.A., Águas do Pará D SPE S.A, com a interveniência anuência da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará e Companhia de Saneamento do Pará – Cosanpa, celebrado em 29 de agosto de 2025]

Belém, 29 de agosto de 2025.

Partes:

ESTADO DO PARÁ

ÁGUAS DO PARÁ A SPE S.A.

ÁGUAS DO PARÁ B SPE S.A.

ÁGUAS DO PARÁ D SPE S.A.

Intervenientes-anuentes:

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ

Vitor Augusto da Silva Borges
Presidente, em exercício

Antônio Carlos Crisóstomo Fernandes
Diretor de Operações

Paulo André Lima Cavalcante
Diretor de Mercado

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA

Testemunhas:

1. _____
Nome: Carolina Ormanes Massoud
R.G. nº: 2606034/SSP-PA
CPF nº: 574.794.022-87

2. _____
Nome: Gustavo Tavares Monteiro
R.G. nº: 17182/OAB-PA
CPF nº: 888.712.822-72

